

ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Angela Albino - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Paulo França - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro e único orador inscrito, o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, esta Presidência suspende a sessão até as 15h, quando iniciaremos o horário destinado aos Partidos Políticos, para depois termos a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão até as 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito para falar em primeiro lugar o deputado Dirceu Dresch.

Deputado, v.exa. dispõe de até dez minutos para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham, quero fazer uma saudação, agradecer por esta oportunidade, nesta tarde, de estarmos aqui mais uma vez, ocupando esta tribuna, em nome do nosso partido, dos nossos sete deputados que compõem a nossa bancada.

Hoje trago a esta tribuna, como já frisei no dia de ontem, que teremos na próxima sexta-feira mais um grande momento de entrega de máquinas para os nossos municípios catarinenses. Eu estive sábado passado em um evento, com a entrega de uma caçamba a um município, e o prefeito Daniel registrava lá este grande momento que os municípios vivem em receber muitos investimentos federais.

Jamais se viu na história do Brasil tantos recursos vindos, tanto em emendas parlamentares como e especialmente em grandes programas federais. Na próxima sexta-feira, o ministro do Desenvolvimento Agrário estará aqui em Santa Catarina, às 9hs, em São José, entregando motoniveladoras aos municípios, e à tarde, em Chapecó, entregando mais um lote de 81 caçambas aos nossos municípios.

Com certeza, e sempre digo, a agricultura familiar agradece por esses investimentos, essas máquinas, porque agora nós teremos uma estrada, com certeza, melhor, no interior.

Então, quero aqui registrar este importante momento para Santa Catarina, especialmente para os nossos municípios.

Eu trago hoje aqui a reportagem publicada no jornal *Notícias do Dia*, no início da semana passada, que revela que 498 processos que tramitam no Tribunal de Contas de Santa Catarina há mais de cinco anos serão arquivados sem o devido julgamento. A medida é reflexo da lei aprovada por esta Casa, no final de 2012, que fixou em

cinco anos o prazo para análise dos processos do Tribunal de Contas do Estado.

Na época, em 2011, ou praticamente no final do ano de 2010, início de 2011, pedimos vistas a um projeto que tramitava nesta Casa, que tratava dos processos parados há tempo e sem movimentação no Tribunal de Contas do Estado. E estamos vendo com preocupação essa notícia da reportagem do jornal *A Notícia*, porque aprovamos e debatemos por muito tempo de se fazer um processo transitório nesse projeto, conseguirmos incluir e construir isso num acordo, para que os processos não fiquem parados no Tribunal de Contas, percam os prazos e sejam arquivados, que os processos de fato sejam avaliados.

O que ocorreu nesses dois anos transitórios é que os processos que completavam já cinco anos, para não serem arquivados, deveriam ter mais dois anos para serem analisados, que não devem ir para os arquivos sem análise. E a reportagem do *Jornal A Notícia* mostra que não ocorreu isso, que os processos depois de dois anos foram para os arquivos e não tiveram avaliação devida.

Para nossa surpresa, dos 498 processos, 365 processos estão parados há mais de um ano, dois anos, e 98 processos não são movimentados há três anos, sendo que 66 processos não têm movimentação há cinco anos e oito processos estão sem nenhuma tramitação há dez anos.

O arquivamento desses processos sem análise de denúncias e irregularidades em prestações de contas, infelizmente, favorece também lideranças, políticos, que usam muitas vezes a máquina sem prestar conta com transparência e clareza para os órgãos de fiscalização e para que também esta Casa possa fiscalizar.

O próprio presidente do Tribunal de Contas, agora já em processo de afastamento, o conselheiro Salomão Ribas Júnior, reconhece que o órgão fica mal quando se constata a quantidade de processos parados. E temos a informação de que há um processo de construção de uma resolução agora, para se agilizar a avaliação desses processos, para não irem para o arquivamento, deputado Silvio

Dreveck, para que esses processos não fiquem parados dentro do Tribunal de Contas. Por isso, fizemos a lei nesta Casa, mas que tenham a devida avaliação, que não sejam arquivados sem terem avaliação, até inclusive grande parte desses processos tem denúncias.

Então, é isso que estamos cobrando, que todos os processos que vão para o arquivo tenham a devida apreciação e avaliação. Estamos fazendo esse apelo e pedimos ao Tribunal de Contas que não permita isso, que faça uma força-tarefa para julgar esses processos antes de irem para o arquivo.

Além disso, nesta Casa, apresentamos também um projeto de lei sobre a escolha de novos conselheiros. Ou seja, com a renúncia já anunciada do conselheiro Salomão Ribas Júnior, que se efetive todo o processo constitucional de inscrição, de escolha de novos conselheiros e que tenha a participação da sociedade nessa escolha.

Não somos contra lideranças políticas se inscreverem para fazer parte do Tribunal de Contas do Estado, mas a própria lei, a Constituição, já garante...

Estamos apresentando esse projeto para regulamentar essa lógica da escolha livre e democrática e que o conselheiro e o próprio Tribunal de Contas tenham autonomia, porque é um órgão que precisa de fato cumprir a sua missão e o seu papel.

Queremos que a Assembleia Legislativa dê ampla publicidade e conceda prazo adequado para que qualquer cidadão que preencha os requisitos necessários possa se candidatar ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas.

Então, esse é o nosso desejo e o nosso objetivo. E o projeto que apresentamos na Casa é justamente para regulamentar livre, democrática e transparentemente a escolha dos próximos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Era este o nosso objetivo também: apresentar o projeto de lei nesta Casa.

Quero aqui também deixar a minha cobrança ao nosso presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Marcos Vieira, para que nomeie o relator desse importante projeto para que possa tramitar na comissão de Constituição e Justiça o mais rápido possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, ao cumprimentá-lo pela Presidência da sessão neste momento, quero registrar a presença, nesta Casa, da vice-prefeita de Cocal do Sul, Cirlene Gonçalves Scarpato, mais conhecida como Aninha, que está acompanhada da primeira-dama e do prefeito Ademir Magagnin, que está nesta Casa tratando de assuntos de interesse da segurança do nosso querido município de Cocal do Sul.

Muito boas-vindas às duas e que tenham uma boa estada em Florianópolis e nesta Casa!

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Fica feito o registro. Sejam bem-vindas a esta Casa!

Esta Presidência quer dar as boas-vindas ao deputado Paulo França, que assumiu uma cadeira nesta Casa hoje pela manhã por um tempo, enquanto o deputado Valdir Cobalchini está afastado. Agora Blumenau tem mais um deputado.

Seja bem-vindo a esta Casa, deputado Paulo França!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Queremos agradecer a todas as pessoas que estão, neste momento, no plenário e também em Santa Catarina, e trazer, em nome da bancada do Partido

Progressista, uma questão que nós, como membros da bancada, entendemos ser extremamente pertinente ao momento que vivemos hoje.

O sr. governador do estado e vários de nós já estivemos peregrinando pelos municípios do planalto norte, pela região do vale do Itapocu. E hoje são 44 municípios no estado de Santa Catarina que ainda se ressentem e vivenciam de forma mais drástica os últimos momentos dessa última enchente que tanto prejuízo causou à economia do estado e a tantas famílias. E isso já foi objeto de relatos pela televisão, por jornais e por emissoras de rádio.

Para nós, insisto, que estamos aqui em Florianópolis, e não estou dizendo que isso não seja bom, e que não estamos vivenciando o que aquelas comunidades estão passando, fica quase difícil, deputado Silvio Dreveck - e v.exa. é de São Bento do Sul e já foi prefeito em duas oportunidades lá -, imaginar o cenário real que essas famílias estão vivendo. São centenas e mais centenas de famílias que estão com as suas casas absolutamente tomadas pelas águas. O seu patrimônio material construído ao longo de décadas terminou. As pessoas não têm bens que possam permitir que, em curto prazo, consigam retornar à sua vida minimamente normal.

Então, é necessário que entendamos isso e que, mais do que a solidariedade que certamente é necessária e nunca faltou... E talvez seja exatamente a solidariedade de muitos familiares, de muitos amigos, de muitos de nós de toda a Assembleia Legislativa e do governo de Santa Catarina, que esteja levando certo ânimo para aquelas famílias.

Eu queria fazer uma reflexão sobre essa questão de desastres climáticos no mundo. Quando nós falamos em desastres climáticos, vem normalmente à nossa mente um país que é um exemplo de prevenção, o Japão. O Japão tem uma cultura de fazer com que os seus familiares, que as pessoas nas escolas se organizem para as dificuldades que eles encontram lá, diferentemente dessas que vivenciamos. É um país sujeito a terremotos.

Existem outros países ao longo dos chamados encontro das placas tectônicas, onde existe a presença de vulcões. E esses lugares estão, ao longo dos anos, organizando-se para que sofram o mínimo possível e busquem se antecipar aos problemas. E Santa Catarina vive questões assemelhadas.

Então, precisamos utilizar tecnologias que já existem no mundo para que possamos nos antecipar aos processos. Por causa disso que certamente é muito bem-vinda a instalação do radar meteorológico em Lontras, que a partir já de julho deste ano vai dar um pouco mais de grau de confiabilidade às previsões meteorológicas. Os números são citados em torno de 77%. Mas acho que isso não nos basta. Precisamos criar investimentos que exatamente vão ao encontro de garantir informações absolutamente confiáveis, não só para a nossa agricultura, mas para as vidas, para a sobrevivência da economia de Santa Catarina.

Nobres pares, ao mesmo tempo em que saúdo esse avanço que estamos dando na direção da tecnologia de prevenção aos desastres, existem algumas questões que precisam vir ao encontro e acopladas também a isso.

Eu próprio vivenciei, há uma semana, quando percorria aquela região do planalto norte, um detalhe aparentemente simples, mas que mostra o que nós podemos fazer também. As informações, e sobre elas nós iremos falar durante cinco minutos, são extremamente necessárias no momento da dificuldade.

Quando se transita numa rodovia, seja ela federal ou estadual, tem que ter informações que nos permitam anteciparmo-nos ao que vem mais adiante. De você saber se é uma via interrompida, se é uma ponte que não permite a continuidade, para podermos tomar as decisões. E o que notamos é que a Polícia Rodoviária Estadual e Polícia Rodoviária Federal não conversam sobre essas questões. E não se trata de má vontade; trata-se de não ter a filosofia da comunicação e de ter isso em favor das pessoas que transitam pelas vias catarinenses. Essas questões são fundamentais

também para esses procedimentos. E estamos procurando fazer com que o conjunto das atitudes venha sempre ao encontro das vidas e do patrimônio.

Esses 44 municípios certamente vivem no dia a dia a ocupação inadequada do seu território. Não é à toa que temos cada vez mais a impermeabilização dos solos. Estamos construindo cada vez mais, impermeabilizando cada vez mais, e isso parece, num primeiro momento, que é uma fala meramente ambientalista. Na verdade, o que está acontecendo hoje é a resultante de várias dessas atitudes.

Quando se ocupa de forma irregular, desordenada, o solo, temos uma série de famílias que estão às margens de rios, quando sabidamente as leis já não mais permitiriam que isso acontecesse. Nós temos impermeabilização crescente dos nossos solos, e isso tudo é passado como se fosse uma coisa natural, onde a pressão imobiliária se faz presente e a questão é apenas vender parte do território e ganhar dinheiro.

As pessoas vendem as terras. E fica então para o poder público e para quem ocupa esses lugares o problema dessa ocupação desordenada.

As Câmaras Vereadores, junto com o poder Executivo, têm a responsabilidade de gerir isso. Não é mais possível que apenas façamos de conta que não temos nada a ver com o assunto e que depois o espírito de solidariedade resolva tudo.

Há uma questão preliminar, que é a responsabilidade de todos nós com esta questão. E quero, deputado Dirceu Dresch, antes de lhe conceder um aparte, dizer que a bancada do Partido Progressista encaminha, nesta data, uma indicação ao sr. governador para que, infelizmente - e digo infelizmente porque, quando o processo é repetitivo, nós deveríamos estar a discutir outras questões -, o governador, sensível com estas questões, como toda a Assembleia está sendo, como toda comunidade de Santa Catarina também, ele e crie instrumentos que vão ao encontro das demandas nesse momento.

Esta indicação fala o seguinte: abertura de linha de crédito emergencial; prorrogação do prazo

de recolhimento de ICMS; a dilatação dos prazos de empréstimos com carência maior e juros baixos por meio das instituições financeiras oficiais.

Não estou falando de nenhuma novidade, estou falando de atitudes já praticadas, mas é difícil imaginar que uma empresa que está há mais de uma semana totalmente tomada pelas águas possa ter as condições, por exemplo, de cumprir, no prazo correto e em dia, o pagamento dos seus tributos.

Nós precisamos ir, de novo, ao encontro da economia de Santa Catarina, de novo ao encontro das pessoas que geram empregos, de novo ao encontro das famílias.

Mas concedo um aparte ao sr. deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Eni Voltolini, gostaria de lhe parabenizar pela fala firme nesta perspectiva. E nós, com certeza, este Parlamento, também temos um grande compromisso em discutir políticas, cobrar os municípios. É lamentável a situação que Santa Catarina passa e ainda não estamos construindo uma política ousada de cuidar das nossas beiras de rios. A população continua ocupando esses espaços, fazendo loteamentos, colocando mais casas lá, para depois termos mais famílias desalojadas.

Então, nós precisamos enfrentar este problema. Conversei pessoalmente com v.exa. ontem sobre isso. Tem-se uma visão muito importante disso e podemos, com certeza, contribuir com Santa Catarina com debates muito firmes na perspectiva de mudarmos esta realidade, que pelo menos onde ainda não tem pessoas possamos discutir o futuro para não ter tanto problema de desalojar as nossas famílias pela água e outros fenômenos climáticos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Apenas para arrematar a questão, gostaria de dizer que é verdade. Se nós temos agora a necessidade de fazer com que Santa Catarina possa se orgulhar de ter medidas avançadas com relação à prevenção de desastres climáticos, não precisamos apenas esperar que a próxima enchente chegue, que o

próximo alagamento aconteça, que o próximo número de desabrigados volte a se fazer presente.

A responsabilidade é de todos nós, que o Parlamento de Santa Catarina e poderes executivo municipal e federal se juntem para criar uma política de prevenção aos desastres climáticos.

É esse o pedido que deixo à bancada do Partido Progressista nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Eni Voltolini.

Parabéns pelo grande assunto que é tema nesta Casa, inclusive esta Casa é a primeira Assembleia Legislativa do Brasil a fazer uma Comissão Permanente de Proteção Civil, tendo em vista este assunto tão recorrente em nosso estado.

Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

O PCdoB abriu mão da palavra.

Os próximos minutos estão destinados ao PSDB. Com a palavra, o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, srs. telespectadores que acompanham atentamente o trabalho desta Casa no dia de hoje.

Sr. presidente, na parte da manhã nós estávamos comentando sobre a questão da segurança no município de Joinville e da região. Mas o horário em que eu falava se encerrou e acabei ficando apenas na questão do *scanner* que está em experiência no presídio regional de Joinville.

Então, foi feita uma reunião nesta semana com o prefeito municipal, com o comandante da Polícia Militar e outras pessoas ligadas à questão de segurança no município de Joinville. Entre os pleitos, todos que foram citados e também grifados naquela hora, estava o *scanner* que será levado ao sr. governador do estado. Também dentro desse pedido ao sr. governador, há a solicitação de 150 funcionários, deputado Eni Voltolini, temporários para trabalhar nas delegacias de polícia de

Joinville, pois hoje nas delegacias existem uma grande reclamação da comunidade na questão dos BOs. Muita gente reclama que não consegue, leva um bom tempo, muitas vezes, para fazer o boletim de ocorrência. Isso tudo pela falta de material humano em Joinville na Polícia Civil e na Polícia Militar.

Então, o que acontece? A sugestão do delegado regional, dr. Dirceu Silveira, é de que esses policiais que estão nas delegacias de polícia registrando BO, fazem curso, concurso, especialização na defesa da comunidade para depois ficar atrás de um balcão fazendo boletim de ocorrência! Enquanto isso há carência muito grande de policiais para trabalhar, investigar, etc.

Então, o que o delegado está pedindo procede e foi respaldado não só por este deputado, como também pelo prefeito que seja levado ao governador, e nós estamos fazendo isso também via Assembleia, que sejam contratados 150 funcionários em nível temporário por um período de anos e vão trabalhar nas delegacias fazendo boletim de ocorrência, coisa que não tem nada a ver com investigação, mas a parte burocrática necessária é para que as pessoas que vão à delegacia possam fazer o seu BO, mas nem isso estão conseguindo fazer nos dias de hoje por conta da falta de pessoal. Também se falou em Joinville, deputado Eni Voltolini, deputado Kennedy Nunes, me reporto a v.exas. porque são de Joinville, da necessidade de instalação de uma delegacia na região do Paranaguamirim, já elencado para fazer a reivindicação junto com o sr. governador.

Temos 200 câmeras de segurança, aquelas que ficam instaladas em vias públicas, já foi feita a licitação e deliberadas para serem instaladas em Joinville, mas dessas 200, no dia 1º de julho, o sr. governador estará em Joinville e vai anunciar então as primeiras 50 câmaras que serão instaladas no município nos próximos 60 a 90 dias porque a instalação dessas câmaras não é tão simples como se imagina. Acredito e tomara que consigamos chegar a um bom termo que as 200 câmaras estejam instaladas até o final do ano.

Temos a necessidade de ampliação do Posto Policial do Aventureiro. Isso também está elencado. Também a aquisição necessária de equipamento pesado. A Polícia Militar de Joinville está muito bem equipada, mas com armamento chamado leve que é o armamento do dia a dia. E o armamento pesado que são metralhadoras, fuzis que é para enfrentar o bandido profissional ou quadrilhas profissionais. E esse armamento requer uma autorização do exército para a aquisição, que está sendo providenciada.

Então, já participei tanto na Acirj como na Ajorpeme de reuniões para tratar dessa questão de segurança, em que são elencadas várias reivindicações, mas no fim o que mais é necessário no município de Joinville é material humano. O que precisamos é de mais policiais nas ruas. Tem sido feita ostensivamente essa reivindicação ao sr. governador, e vamos ter provavelmente o anúncio, através da presença do governador no dia 1º, de mais 40 policiais, o que para Joinville, uma cidade com mais de 500 mil habitantes, não significa muito.

Há dez anos tínhamos mais policiais em Joinville do que temos hoje, e aumentou a população, o número de ocorrências, os assaltos. Enfim, a marginalidade aumentou e estamos com um numero menor de policiais. Sei que o governo tem feito o que pode, realizando concursos, cursos. Esses policiais se formam, mas muitos deles são designados para certas localidades e depois de um determinado tempo pedem a transferência e voltam para Florianópolis. Tanto é verdade que temos em Florianópolis o quádruplo de policiais que há em Joinville. E isso ocorre em vários municípios. Se bem que tenho ouvido reclamação quanto ao número de policiais também na capital.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado, rapidamente, para não tomar muito o seu tempo, quero reafirmar que há menos policiais em Joinville. Isso é fato. Fiz um estudo recentemente

sobre a questão do número de policiais per capita, que tem diminuído gradativamente em Santa Catarina. É importante que possamos pensar seriamente na elaboração de um plano de orçamento de recursos maior para a Segurança Pública a fim de aumentar o número de policiais em Santa Catarina como um todo e distribuindo-os nessas cidades que tem maior necessidade.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tenho certeza de que sua região também padece do mesmo problema, quanto ao número de policiais.

Estamos fazendo uma solicitação ao governador da possibilidade da colocação de lombadas eletrônicas na rodovia Duque de Caxias, entre São Francisco do Sul e Enseada. A rodovia está no perímetro urbano de São Francisco do Sul, onde têm ocorrido inúmeros acidentes, até por conta também de que temos ali, ao longo das rodovias, muitos bares, mercearias e há muito trânsito. Então, isso tem causado acidentes e alguns fatais.

Estamos fazendo o pedido para a colocação de lombadas eletrônicas naquele trecho.

Quero também deixar registrado o pedido que estamos fazendo para que se coloque uma passarela na BR-280, na região Água Branca, perímetro urbano de São Francisco do Sul, no meio do bairro Acaraí, para que as pessoas possam passar ali com segurança.

Também quero convidar a todos a participarem da festa de São João, no município de São João do Itaperiú, onde teremos uma das maiores festas juninas, sendo que a fogueira talvez seja a maior que teremos no sul do Brasil. Assim, todos estão convidados para participarem dessa festa. Também teremos outra na Enseada, no posto do Mazinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero anunciar a presença do nosso vereador licenciado do PT, de Nova Erechim, sr. Carlos Hohn, que agora é secretário da Assistência Social do referido município. Agradeço a presença dele e desejo boas-vindas à Casa Legislativa catarinense.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 15 minutos, que dividirá seu tempo com o deputado Paulo França.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na tarde hoje, nosso prefeito de Cocal do Sul, que vem a serviço prestigiar nosso trabalho e buscar solução para o município, até porque temos uma obra para iniciar e a mesma está um pouco atrasada, mas faremos com que ela aconteça, que é a estação de Cocal do Sul, sendo que já foi entregue a ordem de serviço.

Início falando da obra de engenharia de primeiro mundo que foi a BR-101, sendo que a do Rio Grande do Sul perde disparado para nós. Agora, não posso dizer o mesmo das obras de Santa Catarina, da BR-101, que muitos trechos não foram entregues ainda para a população, onde já passaram uma, duas, três reformas nos buracos que se formaram. Um asfalto não pode ser feito para em tão pouco tempo apresentar buracos. Isso não dá para aceitar. E aqui no Brasil não se planeja o que se faz; depois, encontramos todas as dificuldades.

Vejamos quanta guerra há na construção da quarta pista, no Morro dos Cavalos. É a Funai que não admite, é o Ibama que não dá licença, e o povo morrendo nos acidentes que acontecem. Finalmente, superado, vai ter a quarta pista até fazer o túnel.

Mas será que este Brasil não tem gente para planejar? Porque quando saiu a BR 101 já tinha que ser feito o túnel. Tem que primeiro fazer estrada para depois fazer o túnel? Será que não deu para pensar e planejar que tinha que ser feita a ponte da Cabeçuda? A obra está pronta, mas a ponte da Cabeçuda vai até o ano que vem.

O que é isso? É falta de planejamento.

No Morro do Formigão é a mesma coisa. Fizeram o túnel, já furaram, só que quando fizeram o túnel não fizeram o restante das obras e agora descobriram que tem que fazer a segunda ponte de Tubarão. Agora não tem a ponte, nem iniciou a ponte de Tubarão.

Este é o Brasil sem planejamento. E não é de agora. Isso vem de muitos e muitos anos. Ou seja, valem-se de que as obras têm que demorar mais para ter mais aditivo ou novas licitações. Alguma coisa está errada; só que o Brasil não vai aguentar, não vai ter gordura para sempre viver esses momentos em que cada obra realizada tem um custo no mínimo duas ou três vezes a mais do que custaria.

Na Europa inteira, na China, uma obra custa R\$ 100.000.000,00, e a empresa faz em um ano, porque ela sabe que serão R\$ 100.000.000,00 e não R\$ 101.000.000,00, que não tem aditivo, não tem nada, tem que fazer e acabou. Quer dizer, aqui não, aqui se planeja fazer uma obra que custa R\$ 1.000.000.000,00 e depois ela custa R\$ 1.500.000.000,00 ou R\$1.600.000.000,00. E quem paga? É o povo.

Muita gente diz que não, que quem paga são os empresários com os tributos. Mas não é assim, pois quem paga é o povo, porque ao povo que é repassado tudo aquilo que os empresários pagam com ICMS, Cofins e muitos outros impostos.

Não dá para convivermos dessa forma.

Conseguimos investimentos no porto de Imbituba, onde atracarão navios de 380 metros de comprimento. E um porto calado no mar não tem risco nenhum. Então, é ganho real para a região sul.

O aeroporto de Jaguaruna eu conheço como ninguém. Não tem neblina, não tem nevoeiro, é um

porto alternativo para que Florianópolis, Porto Alegre, Navegantes, Curitiba, Joinville se utilizem nos dias de problema. Isso é ganho real, e temos que reconhecer as coisas boas. Eu sou de criticar, mas sou de reconhecer as coisas boas.

Teve a participação evidente, no porto de Imbituba, da presidente Dilma que investiu um dinheiro significativo para melhorar o calado, e melhorou. Foi a mesma coisa no aeroporto, onde houve parcerias. E a BR 101, a trancos e barrancos, está quase pronta.

Por isso, tive condições, depois de dois anos de trabalho, de ter a empresa a Cimolai, a quarta metalúrgica do mundo, se instalar em Içara. O terreno já está no nome da Cimolai que está só aguardando a terraplanagem para começar a obra.

Então é ganho e por quê? Por causa do porto, do aeroporto e da BR-101, o tripé do desenvolvimento. E começamos a ganhar.

Agora, uma empresa dos Estados Unidos poderá investir US\$3.000.000.000,00 no sul, numa série de produtos que fabricaram do carvão. Do carvão sobrar só a poeira, porque vão utilizar tudo. Um investimento extraordinário.

Ganho do sul, fruto do quê? Desse trabalho dos 20% dos parlamentares que trabalham com o objetivo de desenvolver a região sul do estado. E por isso estamos aqui grudados, fincados, para buscar soluções, e este parlamento tem contribuído.

Obrigado sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -

Com a palavra o deputado Paulo França, ainda dentro do horário do PMDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO FRANÇA - Muito obrigado, Sr. presidente. E cumprimento todos os deputados presentes.

Quero na realidade, deputado Eni Voltolini, continuar a sua fala com relação às catástrofes e ocorrências ocorridas no estado de Santa Catarina.

A minha região de Blumenau é muito castigada, e eu preciso estender essa região ao vale do Itajaí como um todo.

Temos necessidade de termos políticas continuadas, para que se possa trabalhar as questões preventivas. Mas é preciso um planejamento integrado para não se ver degradando a nossa economia, por exemplo, do vale do Itajaí. E vamos estender esse momento crítico até a região do planalto norte, onde a cada episódio de cheias temos uma situação muito complicada, que sobrecarrega as ações dos prefeitos e coloca as prefeituras como parachoques na ligação direta com a sociedade, uma vez que o prefeito precisa apresentar solução para todas as demandas da sua sociedade que fica carente, principalmente para as pessoas que precisam de acesso, de moradia, de alimento, de socorro, onerando os cofres municipais, que já são na nossa divisão do pacto federativo os menos privilegiados.

Então, quando falo de políticas continuadas, acho que deveríamos traduzir isso num planejamento em longo prazo, porque essas ações, essas intempéries, não vão concluir de uma hora para outra, por mais que se avance nas questões de construção de barragens, nas questões de desassoreamento, nas questões de radares, que agora estamos tendo a oportunidade de ter uma política contínua. Portanto, precisamos avançar mais nessa questão de planejamento, para que se tenha até fundos disponíveis, para que no primeiro momento não se onere a sociedade nem os municípios que são os mais fragilizados dentro desse processo.

Então, dentro desse pacto federativo que tanto se fala agora é o momento de se retomar essa conversa. E deveria haver uma proposição para que se tenham investimentos contínuos de manutenção de todas essas estruturas, de ampliação de barragens, de comportas, dos seus equipamentos, dos radares, desassoreamento de ribeirões e rios.

No preparo das nossas rodovias também temos um problema muito sério que é a questão da mobilidade urbana com as rodovias que já temos. Na hora que ocorre uma catástrofe ou cheia, ou como a situação que estamos vivendo, essas rodovias ficam muito

sobrecarregadas, inviabilizando de uma forma drástica a situação que cada região vive e passa.

Dentro desse planejamento, só para retomar os últimos seis anos, por exemplo, eu vou voltar à cidade de Blumenau, nós passamos em 2008 por uma grande catástrofe no estado, depois tivemos a repetição em 2011, em 2013 e em 2014, e sempre onerando os mesmos.

A população recompõe a sua economia utilizando o Fundo de Garantia, que é a forma mais rápida para recolocar a vida na normalidade. Então, novamente além de todas as intempéries, além da degradação econômica da região, temos também a degradação do cidadão que utiliza o seu recurso para encaminhar pós-aposentadoria, para que tivesse um rendimento, para que consiga desfrutar o seu complemento de vida, o cidadão antecipa para recuperar ações que a natureza nos impõe. E ela vai-nos impor cada vez mais com todas essas mudanças que estamos verificando e acompanhando.

Então, dentro desta Casa que já tem a sua comissão formada para fazer o acompanhamento, gostaria de integrar dentro desse processo, com essa visão de que precisamos ter uma atenção diferenciada. E nessa atenção diferenciada não somente a população, mas também, e principalmente, as prefeituras que passam por esse momento. Elas precisam ter essa distribuição diferente para que consigam atender, e depois ficam na dúvida se conseguem ou não ser ressarcidas, e normalmente não conseguem ser ressarcidas.

Então, gostaríamos, na realidade, srs. deputados, de colocar essa preocupação que o vale do Itajaí tem, e hoje acrescentando também o planalto norte, de que se consiga inserir políticas contínuas para que se tenha condições de desenvolver todas as questões de planejamento e que se consiga utilizar de uma forma melhor todas as poucas disponibilidades financeiras para permitir mais segurança.

É lógico que o radar e o aumento da capacidade das barragens são um avanço, mas está ficando muito claro que as intempéries vão continuar e que a cada dois ou três anos vai suceder o que estamos

acompanhando. Precisamos estar prevenidos, e a prevenção vem através de um bom planejamento e de uma boa estrutura para que se consiga garantir a segurança de todos os nossos cidadãos.

Sr. presidente, gostaria de agradecer pela oportunidade de poder me dirigir ao deputado Eni Voltolini, que puxou este assunto que é fundamental para o nosso estado e para a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela TVAL, quero saudar a nossa prefeita Ivone Mazutti de Geroni, do município de Calmon, que faz uma grande administração. Sei que agora as chuvas danificaram aquelas estradas que já tinham quase se transformado num asfalto lá.

Então, quero parabenizá-la pelas obras que já haviam sido realizadas. Foram muitas inaugurações e compra de equipamentos e veículos para a Saúde. Realmente, o município de Calmon está tendo um destaque muito especial em nível de Santa Catarina e, principalmente, da sua população.

Quero saudar também o amigo João de Geroni, ex-prefeito e grande amigo que também fez uma grande administração naquele município.

Gostaríamos de saudar o prefeito Andre Max Tormen, de Águas de Chapecó. Hoje tivemos um dia bastante movimentado na Assembleia, com a presença de várias lideranças do estado que aqui compareceram.

Saúdo também o vereador Olmir Cremonini, o Miro, de Jardinópolis, que esteve fazendo uma visita ao meu gabinete; o vereador Claudionor João Silveira, de Major Gercino; o amigo Marcos Marcelino, ex-secretário da Saúde daquele município que fez um brilhante trabalho. É um

grande amigo que está ajudando o prefeito João José David lá no município de Major Gercino.

Registro também a presença do prefeito Rudimar Francisco Guth, de Tigrinhos; e do ex-deputado José Carlos Vieira e do dr. Xuxo, duas lideranças do nosso estado que estavam aqui na Assembleia Legislativa.

Também quero fazer um registro ao meu amigo vereador Miguel da Silva Júnior e Gilson Gadothi, do município de Matos Costa, e também do Julio Cesar Gadothi, que é vereador-mirim e presidente da Câmara de Vereadores Mirim lá de Matos Costas. Então faço questão de fazer o registro dessas autoridades, desses amigos, em gabinete.

Hoje, tivemos uma reunião com o governador Raimundo Colombo, onde ele expôs parte do trabalho, porque para expor tudo demoraria muito, mas para expor parte daquilo que está sendo feito no estado de Santa Catarina, numa administração séria, correta. Ele demonstra uma preocupação muito grande com a transparência, enfrentando todas as dificuldades que as administrações públicas enfrentam, mas com certeza o estado de Santa Catarina, com um destaque especial em nível de Brasil e também em nível de sul do Brasil, onde Santa Catarina hoje desponta.

Como já foi dito, deputado Paulo França, uma época zombavam que Santa Catarina era o zero da BR-101, e hoje Santa Catarina, em quase todos os itens seja de ordem economicossocial, ultrapassa os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná e tem um destaque muito grande. Isso vem de uma série de administrações, com a força política do estado, o apoio a esse governo da presidente Dilma Rousseff, que tem sido uma grande parceira do estado de Santa Catarina.

Como o deputado Paulo França falou aqui, inclusive, nessa questão da prevenção as cheias do vale do Itajaí, temos o radar meteorológico que está sendo implementado. Esse é um trabalho feito com o governo federal e estadual para proporcionar melhoria à nossa população, à nossa gente.

O governador Raimundo Colombo, hoje está presente em Itajaí, assinando uma ordem de serviço

para cinco colégios na região, um dos grandes pleitos do nosso município de Balneário Camboriú, que é o colégio que fica no bairro das Nações. O bairro das Nações é um bairro maior que muitos municípios deste país e do nosso estado, que agora vai receber mais esse colégio. Lá temos o presidente Médici, temos outros colégios que também despontam, como o João Goulart. Mas precisávamos de um colégio com ensino médio, no período noturno. E para isso há a previsão, agora realidade, da construção desse importante colégio, no bairro das Nações.

Os editais já foram lançados no ano passado, mas devido aos entraves burocráticos e trâmites no processo licitatório, só agora as empresas foram contratadas. São três escolas em Itajaí, na Santa Regina, São Vicente e Itaipava, uma em Navegantes, no bairro do Gravatá, e outra em Balneário Camboriú, no bairro das Nações.

Então, parablenzo o governo do estado por esse investimento que será de R\$ 8,2 milhões na assinatura e para a construção dessas obras nos municípios de Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes e na nossa região. Como disse o governador Raimundo Colombo, existem dificuldades.

Quando o governo adotou o Fundam como forma de atender todos os municípios de Santa Catarina, alguns perguntavam por que o governo dá esse recurso aos municípios quando o próprio governo do estado poderia aplicar.

Mas isso foi uma ação desprovida de sentimento pessoal, porque o governo poderia centralizar estas obras no estado, mas se desprovido deste sentimento pessoal, passou para as prefeituras, porque a realização, o projeto, o estudo, a licitação sendo feita pelo município é mais rápida, é mais transparente, está mais perto do cidadão, tem uma visão melhor do que é necessário.

Esses quase 600 milhões destinados aos municípios de Santa Catarina permitem quase duas mil obras. Imaginem o governo do estado fazer duas mil licitações, a burocracia que teria tudo isso. Assim, cada município, vendo a sua prioridade, fez a sua licitação, fez o seu encaminhamento. O

governo descentralizou esses benefícios, esses acontecimentos, para cada região.

Então, algumas obras maiores, algumas obras estaduais, continuaram tendo o seu trâmite pelo governo do estado, mas as aquisições de tratores, máquinas, caminhões, calçamentos, rodovias, o município decidiu o que era prioridade, o próprio município fez a sua licitação e, com isso, o trabalho acontece mais rápido, de forma mais ágil, mais prática e mais transparente.

E, citando este exemplo da escola do Bairro das Nações, no município de Balneário Camboriú, ali também houve dificuldades e recursos. A empresa que perde a licitação vai para recurso administrativo, depois vai para um recurso jurídico, e nós temos que mudar esta questão, deputado Eni Voltolini. Nós todos, políticos, temos a obrigação de encontrar uma solução.

Esses dias, eu até pensava. Nós sabemos que a maioria das licitações, dos processos, acabam judicializados. É a justiça que decide, e acho que 90%, porque o Ministério Público procurado vai apurar o que está acontecendo. Certo, correto, porque todos queremos transparência na aplicação dos recursos. Mas pensava eu, as pessoas para casar, deputado Ismael dos Santos, têm que fazer a sua proposta em cartório e vai para o Promotor dar um parecer, para analisar se está tudo legal, se pode casar. Eu, particularmente, não vejo necessidade nenhuma.

Agora, acho que então tinha que mudar o procedimento das licitações, tinha que ter a presença, o acompanhamento do Ministério Público. Está ali o processo depois de elaborado e planejado, os editais feitos, então encaminha ao Ministério Público para dar um parecer, analisar se está dentro dos requisitos da lei e daí prosseguir e fazer a licitação.

Talvez de forma *on line*, interligado com o próprio Ministério Público. A prefeitura, o estado, quando fazem a licitação, o próprio Ministério Público pode ir acompanhando o que o edital diz, quais as empresas que estão se habilitando, os recursos, os critério técnicos

utilizados no edital. Às vezes, tem edital com pegadinha, que faz uma exigência dentro do edital que só determinada empresa consegue atender. Aí as demais empresas acabam sendo excluídas.

Então, se nós temos destravar esta questão, desburocratizar as obras públicas, temos que encontrar uma solução. Se o problema é jurídico então vamos trazer a solução desse problema para junto do processo.

Assim, eu entendo que o sistema de licitação tem que encontrar uma forma, e já ter a participação do Ministério Público no acompanhamento, para evitar que obras fiquem anos sem conclusão, porque para o cidadão que houve a notícia que dinheiro foi destinado, que a licitação foi lançada e depois a obra não sai ele fica cobrando do governo, do prefeito e que são incompetentes.

Temos que encontrar formas, trâmites para destravar esse sistema. E se hoje tudo acaba chegando ao Ministério Público e ao Judiciário então vamos trazer o Ministério Público para o processo de licitação para que faça acompanhamento e depois já saiba quando houver dúvida o que efetivamente acontecer, porque parar um processo, fazer a explicação, aguardar julgamento efetivamente demora demais.

Parabéns Balneário Camboriú, Itajaí, Navegantes pelas novas obras, pelas ordens de serviço do governo do estado, do governador. Mais uma vez parabenizar, sr. presidente, pelas obras do governo do estado, principalmente das que o governador assinou no dia de hoje às escolas de Itajaí, Navegantes, bairro Gravatá e a escola do bairro das Nações do nosso município, da nossa cidade de Balneário Camboriú.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer

contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento, conforme Regimento Interno: Projetos de Lei n. 0050/2011; 0067/2014; 0288/2012; 0364/2010; 0484/2013; 0602/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício 0066/2014.

Também comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0279/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0200/2013.

Não há emenda à redação final.

Os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0396/2013.

Não há emenda à redação final.

Os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0066/2014, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que institui a Semana de Conscientização sobre Acidentes Domésticos com Crianças no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2014, de procedência governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2012-2015.

Conta com parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0130/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Casa do Oleiro, de Barra Velha.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, com a aquiescência dos líderes, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, às 16h12min, para votar a redação final destas matérias.

Está encerrada a sessão.